

AKRÁTIKATEJÊ, "os donos da Montanha"

Iara Ferraz
Centro de Trabalho Indigenista
setembro/1988

"Por que é que eu vou brigar outra vez com a Eletronorte? Por que eu sou costurado da mão? Só Eletronorte mesmo ..." (Paiaré, abr. 1987)

O presente estudo tem por objetivo subsidiar a ação judicial que os Gavião - grupo da Montanha - vão impetrar contra os responsáveis pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), em terras que lhes haviam sido concedidas através do Decreto Estadual nº 252, de 09 de março de 1945.

O histórico da ocupação tradicional da margem direita do médio Tocantins pelos então temidos Gaviões (como eram conhecidos) e sua "atração" para o Posto do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) - período compreendido desde o começo do século (pelo menos) até 1960 - constituem a primeira parte do estudo.

Seguem-se depoimentos sobre a vida na área conhecida por "Montanha", as relações com os agentes governamentais e missionários, para então tratar da desativação progressiva do Posto até a sua extinção (decretada em 1974, pela Fundação Nacional do Índio). A agência tutelar promoveu a transferência dos considerados "remanescentes" para o então Posto Indígena Igarapé Mãe Maria, área rica em castanhais, também concedida aos Gavião por decreto estadual (1943), situada no Município de Marabá (atualmente São João do Araguaia).

A parte final deste trabalho está dedicada às relações com representantes de empresas e órgãos governamentais diretamente envolvidos na construção da barragem de Tucuruí, a partir da trajetória de **Paiaré**, representante legítimo do grupo da Montanha que reivindica, desde então, justa indenização pela **perda efetiva de todo aquele território**.

1. A OCUPAÇÃO DA MARGEM DIREITA DO TOCANTINS - TERRITÓRIO GAVIÃO - E O CONTATO DEFINITIVO COM O POSTO DO SPI

O acervo bibliográfico existente sobre os chamados Gavião (ou Gaviões) de Oeste é escasso e diz respeito a um período imediatamente posterior aos contatos sistemáticos desses grupos, ocorridos a partir do início da década de 50.

Através de relatos de viajantes do século passado (Castelnau, 1844 e Coudreau (1898), Curt Nimuendaju (1946), estudioso dos grupos Timbira supôs ter havido (por volta de 1850) uma cisão definitiva entre os que viriam a ser chamados "Gavião"; a parte que não desejava o contato com as frentes agropastoris que avançavam no Maranhão (Pastos Bons) refugiou-se em direção a oeste (e daí a sua designação), alcançando as matas do Tocantins.

Embora Nimuendaju tivesse suposto e explicitado a distinção entre os Gavião de Oeste e de Leste (os **Pÿkobjê**, em Amarante do Maranhão) e até mesmo apontado a sua localização mais precisa à margem do Tocantins, jamais vira um único membro do grupo durante as seis viagens que fizera ao longo de todo o seu território, ao final dos anos 30. Assim ele comentava:

"as invasões de seringueiros e, mais tarde, de castanheiros levaram a encontros sangrentos e daí a reputação da enorme selvageria dos Gaviões. Especialmente na pequena cidade de Marabá, o centro dos comerciantes de borracha e castanha, produtos encontrados nos limites da região dos Gaviões (...), o povo clama pelo extermínio da tribo" (**op.cit.** 19-20).

E o autor ressaltava a importância extraordinária que uma investigação sobre os Gaviões ocidentais poderia ter para o conhecimento das sociedades Timbira. Isto só seria possível, segundo ele "por um feliz acaso, pois ninguém sabe quando ou onde alcançarão a margem do rio e procurá-los no interior da mata é impraticável" (**idem:ibid**).

No entanto, o 'feliz acaso' de encontrar os Gaviões como uma sociedade íntegra de que falara Nimuendaju não chegou a se verifi

car. Os dois autores que estiveram pela primeira vez com um dos subgrupos dos muitos em que haviam se segmentado (Da Matta e Arnaud, respectivamente, em 1961 e 1962), já os encontraram à beira do "desaparecimento" enquanto grupo tribal (como chegaram a registrar), tal a redução demográfica e a desorganização social que então se verificavam.

É conveniente retomar aqui observações já feitas por esses autores que se detiveram exatamente ao período dos primeiros contatos sistemáticos dos Gavião com regionais. Seguindo a abordagem da "fricção interétnica", Da Matta (1967:75-80) apontou que os contatos e as relações que os Gaviões estabeleceram com as frentes de expansão da sociedade nacional apresentaram duas fases distintas, correspondendo à exploração dos recursos econômicos do médio Tocantins (tal como também apontara Nimuendaju).

A primeira fase foi aquela marcada por contatos esporádicos e visuais entre "índios" e "civilizados", "quando os pioneiros apenas utilizavam as margens do rio Tocantins como pousada, tentando estabelecer ali núcleos pastoris ou agrícolas, cujo destino era o fracasso" (*op.cit.* 75). Esta situação permaneceu dos séculos XVII ao XIX, quando não havia necessidade nem motivação para se penetrar nas matas do interior. Os relatos dos viajantes, segundo o mesmo autor, "mostram que os Gaviões eram desconhecidos e o temor que inspiravam aos regionais era motivado pelo fato de serem índios e nada mais" (*idem, ibid*).

De acordo com Da Matta, o início do século XX marca uma segunda fase, com o princípio da formação de um outro sistema econômico baseado no extrativismo vegetal. A preocupação em neutralizar os Gavião data particularmente do início da exploração da castanha (por volta de 1920), desde que fosse possível encontrar reservas desse produto em territórios indígenas à margem direita do rio Tocantins.

Entre as tentativas de neutralizar os Gavião, o governo do Estado do Pará promulgou a Lei nº 2.035 a 29/11/1921 que concedia "aos índios da margem direita do Tocantins uma área de terras

compreendida entre os igarapês "Ressaca" e "Ipixuna", afluentes do Tocantins (...) providenciando o governo para que se torne efetiva a catequese das tribos selvagens desta região, sua localização e posse na área reservada nesta lei, cujos fundos serão de duas léguas".

A década de 20 foi marcada pelo recrudescimento dos conflitos entre os Gavião e os coletores de castanha, uma vez que esse produto assumia maior importância para a economia regional. Pela margem direita do Tocantins, de acordo com Arnaud (1975:36), "esses choques armados ocorriam em uma extensão de quase 180 quilômetros, abrangendo terras dos atuais municípios de Tucuruí, Marabá, Itupiranga e São João do Araguaia. No rio Ararandeuá, formador do Capim, os roçados dos Amanayê (grupo Tupi) eram também constantemente invadidos por índios que, de acordo com as flechas encontradas 'somente poderiam ser Gaviões' [apud Nimuendaju, *op.cit.* 20].

Em 1937 o extinto Serviço de Proteção ao Índio deu início às atividades de atração dos Gavião através de um posto instalado no Ipixuna (a área objeto da Lei de 1.921, já mencionada). "Os trabalhos foram iniciados satisfatoriamente, como aplicação das técnicas tradicionais do órgão, tendo sido armados vários tapiris no recesso da mata, supridos de ferramentas e outros brindes, ligados a sede do Posto por meio de caminhos bem avivados. Cerca de 120 dias após a instalação recebeu o Posto a primeira visita amistosa dos Gaviões e, no decorrer de 90 dias, mais 11 visitas se verificaram, tendo sido atendidos calculadamente 250 índios. Porém, em uma visita posterior, havendo os índios encontrado o Posto desprovido de ferramentas e sobretudo de farinha, após demonstrarem certo descontentamento mataram com várias flechadas um dos trabalhadores (...). Desde então deixaram os Gaviões de frequentar o Posto, mas estabeleceram contatos pacíficos em outros pontos do Tocantins, inclusive no lugar Ambauá, situado confronto à cidade de Tucuruí" (cf. Arnaud, *op.cit.* 37).

Uma vez que o Ipixuna havia se tornado área de garimpagem de diamante, a Inspeção Regional do SPI (Belém) resolveu transferir seu campo de ação para outras áreas (cf. Arnaud, *idem*; 38). Obte

ve a 28/12/1943 a concessão, a título definitivo, de uma gleba de terras para os Gavião (Mãe Maria) no município de Marabá e efetuou a **permuta da área do Ipixuna pela do Ambaua, através do Decreto nº 252, de 09/03/1945**, onde os Gavião estavam surgindo amistosamente. E no início de 1946, o SPI instalou ali o "Posto da Montanha", como ficou conhecido.

O depoimento que se segue, de **Rõnore** ("Mamãe Grande", como é chamada), relata a existência de subgrupos que habitavam as cabeceiras dos rios Moju, Capim e Jacundá, e que se alternavam nas visitas ao posto de atração. Não raras vezes esses grupos entravam em conflito entre si, disputando a posse daqueles bens (facas, facões, machados) utilizados para "atrai-los" ou, segundo **Rõnore**, para "agradá-los".

"Primeiro ... quando nós tava no mato ainda ... são meu pai, com minha tia, meu tio (pai da Tuiriri) ... foi eles que veio ver a Montanha ... Quando 'eles' vem agradecer a gente ... leva facão, machado, tudo ! Até chegar outra "turma" ... do pai do Piaré, pai veio: - "'Mbora matar **kupê** ! ele vai matar a gente ! só quer dar facão pra outra turma, nem dá pra gente!" (pai do Piaré gostava matar **kupê** !)

"Aí quando eles vêm escondido matar ... (meu pai, minha tia ... vem agradecer no ... Tucuruí), aí eles leva facão, bocado de facão que eles ... "brabo" ... carrega ! Mas vinha só agradecer mesmo, agradecer o que chama **kupê**, "cristão" ... **kupê** não entende, 'caboclo' não entende ... mas tudo ele deu pra nós ... Nós mesmo morava separado; "capitão" [refere-se a **Krohokrenhum**, atual chefe dos Gavião em Mãe Maria] com a mãe, parente dele ... morava assim, separado (noutra aldeia). Piaré, Madalena morava pra lá também [na mesma direção, mas em outra aldeia ainda]. Quando nós quiser ... bricaradeira ... nós vamo junto ! passar o outro na tora ! [refere-se à prática de rituais conjuntos, corridas com toras]. Só nós mesmo, era muiiito ! ... só por causa do fuxico mesmo é que nós brigava, por causa do facão, tudo ! pajé fizeram 'remédio', acaba mesmo ! acabaram, morreram ... morreram... lá na ponta do Moju, lugar que a gente chama **Kaxatãti** (aldeia do "capitão") - e aldeia do nós pra cá, pra baixo do ... Moju. Aí quando eles tudo morreram, nós pouquinho ... por causa do doença, espalharam ... [i.e. dividiram-se] - **Rõnore**, abril 1987.

Ronõre tem hoje cerca de 60 anos e liderou, juntamente com seu filho mais velho, **Paiarê**, a "turma da Montanha" desde a morte do chefe **Kroti**, seu irmão, nos anos que antecederam o contato definitivo com o Posto do SPI, instalado em frente à cidade de Tucuruí, a montante. Mas nesse depoimento **Ronõre** relata a existência, naquela época, de pelo menos três grupos - "turmas", como chamam - o dela própria, o de **Krohokrenhum** (o atual chefe dos Gavião em Mãe Maria) e o de **Piare** (e Madalena), atualmente todos reunidos em uma única área (como se verá adiante).

No depoimento, ela menciona o fato desses grupos se relacionarem também por ocasião de rituais conjuntos, onde as corridas com as toras, principalmente, reforçavam ainda mais a segmentação. Os grupos se autodenominavam em função do domínio territorial que exerciam ao longo da margem do Tocantins. Assim, os **Parkatêjê** (onde **pâr** é pē, abaixo, jusante, **katê** é "dono", controlador e **jê** "a gente", nós) são o "povo dono da jusante", por oposição aos **Kýjkatejê** (onde **kýj** é montante, acima), o último grupo Gavião contatado em 1969 já nas proximidades de Imperatriz (MA), onde havia se refugiado dos primeiros.

Tal como se verifica também entre outros grupos Jê (como os Kaia pō), a dinâmica da expansão demográfica e territorial Timbira está centrada nos processos de cisão e fusão de grupos. Mas é principalmente a **cisão** (cf. Azanha, 1984) que permite redividir territórios comuns, delimitados por sítios de caça, coleta e agricultura itinerante, além da área da aldeia propriamente dita e os cursos d'água.

Rõnore destaca ainda o fato de ser o seu grupo muito numeroso. No período que antecedeu a aproximação definitiva com o Posto, o grau de acesso aos bens oferecidos (facas, facões, etc.) desempenhava, como ela aponta no depoimento, um papel importante nas relações intragrupo, provocando intrigas ("fuxico", segundo **Rõnore**) e acusações de feitiçaria, motivando guerras e novas cisões.

Os conflitos com regionais, em geral castanheiros, nas incursões dos Gavião à beira do Tocantins eram noticiados na im-

prensa com alarde, ao final dos anos 40 e início da década seguinte.¹ Os estereótipos de "bravos" e "selvagens" que a população local impunha aos Gavião motivaram expedições que visavam o seu extermínio, para a ocupação definitiva dos castanhais em seu território, através de arrendamentos ou aforamentos pela oligarquia local (cf. Emmi, 1988)

Entre os Gavião, as disputas entre os grupos, por sua vez, impediam a operação de um sistema tradicional de expansão e divisão de territórios comuns. Acusações de roubos de roças e de feitiçaria provocaram muitas mortes. A aproximação definitiva do Posto era, assim, a "rendição" aos **kupê** ("civilizados") que "davam tudo" (farinha, roupas, facções, etc.), ao mesmo tempo em que ali estariam seguros em relação a novos confrontos com os grupos rivais.

Paiare (como ficou conhecido **Hōprÿre Jamrĩkakumti**) tem hoje cerca de 40 anos e é o filho mais velho de **Rõnore**. Em seu depoimento, ele fala das rivalidades entre os grupos:

X "O pessoal da aldeia de **Krohokrenhum** brigava muito com o pessoal daqui da aldeia que era nossa. Se mataram demais ! muito ! não tem conta não ! O 'capitão' mesmo, **Krohokrenhum**, tem tudo sinal, tudo flechado na perna. Ele fez o mesmo, cortado de flecha, porque ele era brigador com o meu pessoal. Então, era brigador, atacava nós demais. Porque os índios daqui fazia muito a roça grande, plantava demais; eles não queria trabalhar, eles queria ficar com a nossa plantação. Até era por causa de cereais que brigava, não queria fazer roça grande também ! Acho que inveja que ele tinha e ia pedir para o meu pessoal e o pessoal não dava. Então começava, ficava com raiva e às vezes de noite mesmo ia e atacava nós. Matava demais, oito, dez, cri-

(1) 1948 - "Sanguinolento ataque dos índios Gaviões à vila de Jacundã - palco de horrível tragédia", **O Estado do Pará**, Belém, 29 de janeiro.

Silva, Arlindo, 1951 - "Índios em pé de guerra. Os Gaviões flecharam os civilizados nas matas do Tocantins", **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 31 de março.

X ança, homem, mulherada, matava demais ! Foi, foi, até que nós pudemos escapar ... No último atacada que 'capitão' fez - eles amansaram primeiro, no Itupiranga - lá eles aprenderam, começaram a atirar com espingarda ... a última briga fez com espingarda já, com tiro, atacaram nós com espingarda ! Isso aconteceu antes de nós sair, em 60. Foram tudo vestido de roupa, entraram com espingarda, carregaram munição demais, começaram a atirar na aldeia (até mataram meu irmão, que já tava grandinho, 10 anos, mataram). Mataram meu tio, minha avó com espingarda, não tinha pena, chegava e atirava mesmo ! Depois nós não teve condições mais, meu povo não teve mais força pra brigar com eles! (que eles tinha espingarda ? !) o que é que devia fazer ? Então, quando morreram todo, o resto é que veio pra cá, pra Montanha, em 60" (janeiro 1983).

E **Paiare** relata a aproximação final do Posto:

"... nós não tinha mais condição de voltar para o Moju, porque era pouco. E pajé fez muito bom plano: mandou **Kinaré**, mandou finado **Kroti**, mandou **Tono**, mandou **Pêxore**, um bocado vieram na Montanha. Falaram com seu Batata, com seu Matias [antigos servidores do SPI no Posto], falaram com **Piaré** (que é lá do Mãe Maria, da turma do **Krohokrenhum** - eles se amansaram primeiro do que nós, ele já falava português).

"Quando nós chegamos aqui na Montanha, o SPI autorizou Piaré fazer a pesquisa aqui, falar se compreendia a língua, se era "Gavião". Aí **Piaré** veio com finado Jaime [antigo servidor do SPI, que trabalhava junto ao grupo contactado em 1956 próximo a Itupiranga, a "turma de Krohokrenhum"], vieram aqui, falaram com o finado **Kroti** [então chefe da turma da Montanha]. Falaram direi^{to} tinho, que é a língua mesmo, a fala igual. Conversou com **Kinaré**, falou pra ele, procurou [perguntou] se ainda existia 580 índio. **Kinaré** disse que não existia mais, ele disse que tinha 45. **Piaré** disse: "Bom, vocês faz o favor de deixar mato lá no Moju, vocês venham para cá, que esta terra é de vocês tudinho, que o governo vai entregar essa área para vocês. Vocês vão vestir roupa ... vocês vão ^{vindo} como eu estou, vestido de roupa. Vocês vão aprender pra viver igual com cristão", ele falando pro **Kinaré**.

"Mas, sabe como é, tinha sempre um índio velho que impede o gosto ruim, dizendo que não dava, porque se chegava na beira [do Tocantins], cristão estava mentindo, enganando índio. Depois que ficava na beira matava tudo. O medo era assim, o pensamento. "Só um bocadinho mesmo, 45 índio total ainda. Aí pelejou, **Kinare** foi lá atrás de nós, no mato. Falou tudo, até explicou para nós que era índio **Krohokrenhum**, falou tudinho, quem estava vivo, falou todos os índios que estavam vivos. Também era pouquinho, ele disse que 30 índio tinha. Aí agradou nós, disse que nós tinha que abandonar aquela aldeia de qualquer maneira. Então nós saímos de lá (eu já tava grandinho, mais ou menos com 13 anos).

"Aí nós chegamos e nós encontramos de novo seu Matias, continuou seu Matias trabalhando com medo de nós. Ele não morava aqui no posto não, mandou fazer a casa bem aí confronte. Então aí nós ficamos. **Piaré** sempre morando com seu Matias, morando com nós: - vocês não tenham medo não que eles não vão matar vocês, não! Só não querem que vocês não mexem com ninguém, que essa área é de vocês, o SPI vai entrar, o governo vai dar um órgão federal para tomar conta de vocês, assim, assim" (**Piारे**, janeiro 1983).

"Foram treze anos de namoro", conforme relata **Sr. Matias Teixeira de Aguiar**, antido servidor do SPI, referindo-se aos trabalhos de "atração" dos Gavião para o Posto da Montanha, onde ele serviu desde a sua instalação.

"O posto da Montanha foi fundado em 1945 para 1946. Quando foi em outubro de 1947 os índios chegaram, foi o primeiro encontro nosso, meu com eles. O que apareceu primeiro, o "capitão" naquele tempo era o "capitão" 'Indiuna'. E aí eles foram embora. Vieram chegar novamente em 48, já pro fim de 48 eles voltaram, vieram no Posto. Quando foi em 49 eles voltaram novamente. Não tinha mercadoria pra eles, era pouca ... naquele tempo a mercadoria que era distribuída ... eu não achava de acordo (eu não dizia nada), por quanto eu não podia reclamar porquanto eu era trabalhador), mas a mercadoria era distribuída por uma janela. Além de ser pouca, era distribuída uma faca, um facão, um novelo de linha é ... uma besteirinha pra cada um, distribuído por aquela janela ... (quan

to daqueles índios eu achava que não ficava satisfeito com aquela quantia de nada, que não valia nada naquele tempo ... e ainda era com ordem de não dar muita coisa porque não tinha recurso, não tinha verba para comprar a mercadoria ...

"Quando foi um dia, meio-dia, os índios sopraram buzina [um instrumento de sopro, de uso ritual] em distância de 400 metros pra chegar no Posto. Eu abri a janela, a dita janela (por onde era entregue a mercadoria limitada), abri a janela, abri a porta do quarto (onde estava depositada a mercadoria) e deixei à vontade! Aí foi o capitão "**Kroti**" que veio, segundo "capitão" que veio (o outro já tinha morrido). Aí eles entraram lá pra dentro aí pegaram a mercadoria por conta própria ... pegaram caixa de facão, faca, linha, tudo a mercadoria que tinha lá dentro, farinha, banana ... Aí foram embora pro mato, se acamparam distante uns 500, 600 metros. Aí acenaram pra mim. Quando foi no outro dia, não demorou, voltou 3 índios trazendo jabuti pra mim e carne moqueada. Aí eu notei que eles ficaram satisfeito comigo, porquanto ainda não tinha acontecido de eles fazerem aquilo comigo" (Sr. Matias, abril 1987).

Intérpretes Kaiapô, Krahô, Gavião - **Pykobjê** (de Amarante/MA) e, finalmente, **Piarê*** foram sucessivamente empregados pelo SPI para o contato definitivo no Posto. A necessidade de estabelecer comunicação satisfatória - i.e. na própria língua (e dialeto) do grupo - era decorrente do temor que os servidores do Posto tinham em relação a possíveis atitudes hostis dos Gavião [havia morto um encarregado no antigo posto de atração do Ipixunã].

"Em 1960 eles me disseram que queriam ficar até amanhecer morando junto comigo. Aí me pediram que era pra mim fazer casa pra eles, fazer a **roça** pra eles, que quando fosse dezembro eles viam pra ficar morando comigo (...)

(*) Forma como os servidores do SPI ouviam o termo de tratamento "hâpinire", usado para amizade formal entre os Timbira.

"Bem, aí quando eu mandei fazer o barracão, a roça no lugar que eles queriam, quando foi dezembro (como eles marcaram) chegou a primeira turma e aí, com poucos dias, chegou o resto, eles chegaram. Aí não ! todo mundo pegava na arma deles, aí ninguém estava mais desconfiado. Mas o trabalhador ainda com medo deles ... eles tinha muito medo ! [refere-se aos servidores do Posto] - Sr. Matias - abril 1987.

Assim, ao final de 1960, na estação chuvosa, o grupo então chefiado por **Kroti** fixou-se definitivamente junto ao Posto do SPI na 'Montanha' (**akrãti**, em língua Gavião), local assim chamado dada a elevação topográfica ali existente.

2. A VIDA NA MONTANHA E A TRANSFERÊNCIA DOS "REMANESCENTES"

O grupo foi então se estabelecer na área que lhe havia sido concedida através do Decreto nº 252, de 09/03/1945, assinado pelo Intervetor Federal. De acordo com o decreto, no **artigo 1º**: - "Fica **permutada a área de terras** situada à margem direita do rio Tocantins, entre os igarapês "Ressaca" e "Ipixuna", no Município de Marabá, com duas (2) léguas de fundos, **concedida pela Lei nº 2.035, de 09/11/1921**, aos Índios que habitam no local referido, **pela área de terras do Estado, denominada "Arumateuasinho"**, no Município de Baião, também situada à margem direita do rio Tocantins, limitado: pela frente, com o rio já aludido; pela lado de cima, com o igarapé "Cagancho", confrontando terras particulares; pelo lado de baixo, com o igarapé "Arumateuasinho", confrontando com terras particulares, tendo a mencionada área duas (2) léguas de fundos" (grifo nosso).

E, no **artigo 2º**: - "O Governo do Estado, para a perfeita execução deste Decreto, entrará em entendimento com o Serviço de Proteção aos Índios e porá em prática as medidas que se tornarem necessárias, a respeito".

De acordo com Arnaud (**op.cit**: 64), na área da Montanha havia um roçado com cerca de 8 hectares, formado pelos servidores do Posto. "Da antiga aldeia levaram para semear as variedades do milho tradicional, **kupá**, amendoim, banana, algodão e urucu e conduziram numerosos cães. Sua população todavia, no período compreendido entre 1958 e 1961 havia diminuído de 74 para 31 indivíduos", devido às epidemias sofridas, como relata Sr. Matias:

"Aí começaram a adoecer. Quando foi em 1961, aí já a febre, aí vem a gripe, vem o sarampo, a catapora ... Aí eu apelei pra Tucuruí, pro pessoal da Estrada de Ferro (do Tocantins). Eles eram muito bom, atendia ... mandaram enfermeiro lá no Posto aplicar injeção, medicar os índios. Ainda foi umas duas ou três vez consultar, medicar os índios. Mas andou morrendo um bocado de índio ... até quando passou aquela fase e os índios começaram a ter saúde" (abr. 87).

Ainda de acordo com Arnaud (**idem**: 69), entre março de 1961 e setembro de 1962, a população diminuiu de 37 para 21 indivíduos (16 homens e 5 mulheres).

Os trabalhos deste autor (especialmente 1964 e 1975), que também fora Inspetor Regional do SPI (em Belém) contêm muitas informações sobre a vida do grupo na Montanha após o contato. Segundo ele (1975:64 e ss.), muitos de seus componentes passaram a visitar Tucuruí com frequência. Os moradores da cidade protestavam então contra as atitudes dos Gavião que, em trajes sumários, entravam nas casas para se apossar de utensílios domésticos.

A intervenção dos agentes do SPI era, por um lado, no sentido de apaziguar os ânimos dos moradores locais (devolvendo ou indenizando os objetos apanhados), regular as viagens dos Índios a Tucuruí (a 40 minutos do Posto, de barco a motor), devidamente vestidos e, no início, acompanhados por empregados do Posto. Por outro lado, através do intérprete **Piaré** (mencionado por **Paiaré** em seu depoimento) explicavam aos componentes do grupo os mecanismos da troca monetária para a obtenção de mercadorias desejadas. Assim, poderiam ter roupas, redes, facas, espingardas, etc. desde que levassem para vender animais silvestres, peixes, frutos, castanha ou mesmo farinha, que aprenderam a fabricar com os servidores do Posto.

Assim, ainda segundo Arnaud (**op.cit**: 65), "intensificaram os Índios as caçadas principalmente à noite pelo sistema de "espera", com o emprego de espingarda de cartucho e lanterna, conseguindo obter excedentes apreciáveis para vender em Tucuruí, onde o abastecimento alimentar era então precário".

Incentivados pelos servidores do Posto, começaram a coletar castanha para comercializar. No entanto, devido à pequena produção (cerca de 50 hl) do castanhal existente naquela área que lhes havia sido reservada, os resultados financeiros eram sempre inferiores aos obtidos com a venda da caça.

Os roçados de subsistência eram mantidos pelos servidores do Posto, com alguma participação ocasional dos componentes do grupo,

que se empenhavam em produzir excedentes de farinha para venda (sobretudo no período de safra de castanha). Inicialmente orientadas pelos empregados do Posto, as transações comerciais eram efetuadas pelos Gavião individualmente, exceto da castanha.

Assim, os contatos com os regionais passaram a ser mediados pelas próprias relações comerciais que foram se estabelecendo, o que permitia neutralizar os antigos conflitos e até mesmo os estereótipos de "selvagens" e "saqueadores". No entanto, a partir de 1966 começou a se verificar a diminuição da caça na área indígena, devido à intensidade com que era procurada; ao mesmo tempo, crescia a oferta de carne bovina em Tucuruí (procedente de Marabá), o que levou à diminuição da venda da caça pelos Gavião. A produção das roças do Posto também diminuía, dado o pequeno número de servidores do SPI e o fato de que os Gavião preferiam caçar ou coletar castanha para obter mais rapidamente os bens desejados.

Com a extinção do SPI em 1967 e o início da atuação da FUNAI, as mudanças ocorridas abrangeram a transferência paulatina dos componentes daquele grupo, primeiramente os mais jovens, para outras áreas (sobretudo dos Kaiapó, no rio Xingu), compor frentes de atração de grupos isolados e, finalmente, para o Mãe Maria. A Montanha passou então a ser considerada uma área de "remanescentes", que deveria ser desativada, como relata **Paiaré**:

*Quando **finado Kroti** morreu, chegou o pessoal da FUNAI, trouxe a pressão contra nós ... eles vieram, diziam pra nós:*

- "Ô tem uma história do governo ... que governo tá fazendo coletivo de fazer transferência do índio para Mãe Maria ... nós temos dinheiro pra vocês, 70 mil cruzeiros (naquela época era muito dinheiro!), nós temos também pra dar pra vocês 5 mil pés de cacau ... 5 mil pés de café ...", tudo isso promessa da FUNAI, tava fazendo ... Aí pessoal chegaram pra mim:

- "Não ! pessoal da FUNAI tá fazendo mudança ! Aquele que quer pega já já seu cachorro e embarca no motor, que daí motor é de vocês ... e machado, galinha, pato, embarca tudo, leva ! nós

vamos levar vocês lá pra Belém e de lá direto pra Mãe Maria !"

X "E dali meu pessoal tiveram muito nervoso, com medo, porque ameaça era tão forte, do pessoal da FUNAI, todo armado, coronel Bloi se andando com fuzil ... Amauri com revólver na cintura, dizendo que se o índio não mudasse da Montanha, que ia amarrar todos os índios e levava para o tal de "Cotijuba) ["Cu do Judas"] que chama ... Não sei, não sei onde é que tem bicho, que diz que aonde devora a gente ... Amaury ia levar tudo no "Uirá" [barco motor da FUNAI], jogava todos os índios pra lá se não saísse ! Só pra fazer medo mesmo, meu pessoal ... porque o governo não queria mais índio lá naquela área da Montanha ... governo estava querendo receber aquela área de lá.

X Eu digo: - "Não, eu não entende, porque se a lei que deu essa área para o índio, que cedeu ao índio, então a área é nossa, governo tem que resolver o nosso problema. Nós não pode perder" (porque nós tinha muito plantio, mandioca, até hoje, 113 pés de mangueira tá plantado até hoje, 2000 pés de banana ... 100 pés de caju também plantado, 6 barracas boa, coberta de telha, madeira de lei), eu disse pro delegado, "eu quero ver primeiro as coisas que o Sr. tá prometendo, eu não quero promessa, eu quero que o Sr. mostra as coisas, dinheiro na mão, mostra, confere cabeça de boi, dinheiro na mão ... mas pela promessa eu não posso mudar. Agora se meu pessoal quiser mudar ... pela promessa de vocês eu mesmo não vou mudar. Eu posso ficar sozinho, se o Sr. quiser me isolar, eu vou resolver por minha conta própria, que eu não quero sair assim enganado, não vou perder essa terra, direito ... eu não vou sair !"

X "Porque governo, naquela época, quando SPI tava dando a coisa, sumiu aquela ... cortaram, diz que governo cortou o nosso direito porque nós era pouco, não podia manter nosso medicamento, porque nós era pouco índio. Foi cortado, nós não recebia medicamento, nada alimentação, machado, facão, tudo dava ... então, aconteceu mesmo !" (Paiaré, janeiro de 1983 e abril de 1987)

Em 1968, os primeiros a saírem da Montanha foram **Kinaré** e "Cotia", homens maduros que haviam sido requisitados pela FUNAI para trabalhar como intérpretes na frente de atração do grupo que havia se refugiado a montante do Tocantins, e que começava então a entrar em choque com posseiros e grileiros, na área onde havia se fixado, próxima ao ribeirão dos Frades, já no Maranhão. Em seguida, um homem adulto fora levado para junto dos Tembê. No ano de 1970, um jovem solteiro, **Kruwa**, fora trabalhar na Base Avançada de Itaituba, como auxiliar de topografia na abertura da rodovia Transamazônica (trecho Itaituba-Jacareacanga), tendo de lá voltado para o Mãe Maria.

Em 1971, quatro rapazes solteiros foram persuadidos a se retirar da Montanha e transferidos pelos agentes regionais primeiramente para Belém. De lá foram levados para outras áreas indígenas (Kararaô, Bacajã e Kokraimoro, de grupos Kaiapô no rio Xingu), mediante a justificativa de que "lá aprenderiam a trabalhar" (sic) e, posteriormente, seguiram para o Mãe Maria.

A existência de antigas rivalidades entre o grupo da Montanha e a turma de **Krohokrenhum** sustentou a resistência dos componentes mais velhos do grupo em abandonar aquele território. Além da oferta de bens e dinheiro, a abundância dos castanhais e a possibilidade de "enriquecer" no Mãe Maria estavam também presentes nos apelos dos servidores da agência tutelar, com o intuito de convencê-los a sair definitivamente da área da Montanha.

Em 1974 a FUNAI extinguiu formalmente o "Posto Indígena Gaviões". Por ocasião do início das obras da construção da barragem (1975) uma mulher adulta, seu filho (de um casamento com um Asurini do P.I. Trocarã) e mais dois rapazes solteiros foram transferidos para o Mãe Maria. Permaneciam na Montanha **Ronôre**, com o marido e os dois últimos filhos e a família de **Paiaré**, que havia se casado com uma regional.

Mas em 1977, **Ronôre**, o marido, os filhos mais novos e sua neta mais velha (filha de um primeiro casamento de **Paiaré**) foram levados para o Mãe Maria, mediante uma irrisória indenização paga

em tábuas e telhas pela FUNAI. Apesar das intimidações e ameaças por parte dos responsáveis pela construção da hidrelétrica, **Paiaré** se recusava a deixar a Montanha. Só em dezembro de 1983 ele se mudou com a família para o Mãe Maria, tendo declarado no cartório de Marabá que o fazia sob intensa pressão e ameaça de morte.

3. AS OBRAS DE BARRAGEM (O FIM DA "MONTANHA") E A LUTA DE PAIARÉ

Em 1976 foram iniciados os levantamentos topográficos na área onde seria construída a barragem de Tucuruí em área declarada de utilidade pública conforme Decreto nº 78.659, de 01/11/76. O fato de **Paiaré** ter permanecido na área da Montanha possibilitou o desenvolvimento de negociações com a Eletronorte, assim como de atritos com as empreiteiras que de fato ocuparam a área como canteiro de obras. E às pressões da ELN aliavam-se as pressões da FUNAI através de seus representantes ligados à 2a. Delegacia Regional em Belém, tal como relata **Paiaré**:

"Aí depois que chegou a ELN, aqui com ... primeiro chegou a ETOP (Empresa de Topografia S.A.), a companhia que chegou aqui. Sei que entre eles, muitas pessoas que eu não conhecia fizeram um dia assim: marcaram o dia e juntavam e conversavam debaixo da mangueira que tinha aí ... O pessoal da ELN, o pessoal da ENGEVIX, pessoal da ETOP, da Sondotécnica (que estavam fazendo a sonda) conversaram tudo assim segredo, tudo !

Aí começaram a entrar a luta comigo, começaram a me tentar a vida, de mês em mês chegava gente diferente , "se eu não sair da casa ia tocar fogo na minha casa !" "me dava 30 dias de prazo para desocupar" e "se não desocupasse ia com a polícia , ia tocar fogo na casa". Chegaram com advogado da FUNAI (Raimundo Nonato), dizendo: - "você tem que sair porque você não pode ficar desse jeito. 'Ministro' vem chegar contra o senhor, vai amarrar o senhor e não vai dar nem um tostão porque você tem que sair ! vocês não podem insistir contra coisa do governo !"

Aí eu disse: - "Não, mas eu não estou empinando serviço do governo, eu estou por causa do que é meu ! A FUNAI não tem nenhum relatório, ela não tem nem com que provar, mas eu tenho documento !"

Aí veio inspetor geral da segurança da ELN ... isso me atentou demais a vida, me humilhou demais ! queria me humi

lhar mas eu, nunca me ... eu não topa, até hoje ! ele dis
se:

- "Olha meu filho, você tem que sair, você não tem força, se vo-
cê não sair eu vou jogar bomba !" ele com Dr. Nonato (advogado
da FUNAI em Belém) falando, "eu posso jogar, bomba matar vocês,
você está como formiguinha, vocês não pode ser contra, que é um
órgão federal, é do governo, eu sou tenente da aeronáutica !" co
meçou dizer ... aí eu:

- "Eu não tenho nada que ver com aeronáutica, eu quero saber do
que é meu !"

X Todo mês chegava e falava pra mim qual o dia que eu ia sair. Não
demorou, a ELN fêz ofício, eles prepararam ofício dia **15 de ju-**
nho de 1976, ELN mandou pra mim desocupar durante 15 dias. Se
eu não desocupar com 15 dias, aí veio: "eu podia estar dormindo
com minha família, com criançada, trator passava por cima de
mim" ! (**sic**)

Cresciam as pressões da ELN, que insistia em indenizar **Paiarê**
individualmente e pelas benfeitorias existentes na área da Monta-
nha - com a aquisição de um lote ou uma "casa com móveis" (**sic**)
em Tucuruí e o restante em dinheiro - sem, contudo, reconhecer a
Montanha como **área indígena** (que dispunha inclusive de um decre-
to estadual).

Em 1977, hospitalizado em Tucuruí com pneumonia, **Paiarê** foi obri-
gado a assinar um termo de indenização levado pelo advogado da
FUNAI em Belém, recebendo uma quantia de sete mil cruzeiros (pe-
las "benfeitorias da área").

As torres de transmissão e a abertura de uma estrada (para a lo-
calidade de Novo Breu, que se formava nos fundos da área da Mon-
tanha) exatamente no local onde estavam os cemitérios e a al-
deia dos Gavião da Montanha, foram as primeiras obras da usina de
Tucuruí. Parte da área começou a ser ocupada por posseiros (mui-
tos deles trabalhadores das empresas construtoras de barragem) e

pelos empregados da CAPEMI (que deveria retirar a madeira da área a ser inundada com a formação do lago).

Em 1978 **Paiaré** dirigiu-se à Brasília, na tentativa de conseguir o apoio da presidência da FUNAI (à época Gal. Ismarth de Araújo) para **reaver uma área no rio Moju**, também integrante do território tradicional dos Gavião (de antigas aldeias), como forma de indenização pela destruição da área da Montanha. A gleba no rio Moju vinha sendo objeto de inúmeros contratos de arrendamento a terceiros para extração de castanha, efetuados pelos próprios com_{ponentes} do grupo (**Kinaré** e **Paiaré**, principalmente), uma vez que eram os ocupantes originais da área. Ao contrário das expectativas, os representantes da FUNAI demoveram-se da idéia de reaver aquela área, legalmente.

A partir de 1980, a Montanha foi transformada em canteiros de obras das empreiteiras que dali retiravam toda a areia necessária para a construção da barragem, com dragas operando dia e noite. **Paiaré** e a família haviam se transferido temporariamente para Tucuruí. Durante essa permanência na cidade, **Paiaré** buscou apoio de antigos moradores locais, como testemunhas para sua reivindicação junto à ELN. Também representantes da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra local) apoiaram **Paiaré**, trazendo-o para as reuniões das famílias de expropriados com a construção da barragem.

No entanto, um fato ocorrido no início de fevereiro de 1982 levou **Paiaré** a refutar as alianças locais. Quando fazia farinha no forno próximo a sua casa, foi atacado por quatro indivíduos armados de facão, que lhe desferiram um forte golpe na mão direita, impedindo-o desde então de lidar com os seus meios de subsistência (caça, pesca ou trabalhos na roça).

* Enquanto não reconhecia o direito dos Gavião sobre a área na Montanha, a ELN alegava que a área pertencia à Aeronáutica. De acordo com informações obtidas junto a um ex-prefeito de Tucuruí (cf. Andrade, 1983), aquela área havia sido doada à Aeronáutica pelo governo do Estado do Pará por volta de 1949/50, ou seja, posteri

ormente à promulgação do decreto de concessão aos Gavião (1945). Eram apontadas então duas possibilidades em relação a esta questão: ou o decreto estabelece como área da Aeronáutica uma área vizinha a dos Gavião da Montanha, ou desconhece o decreto de 1945, o que torna ilegal a segunda doação.

Os representantes do órgão governamental que tratava então das questões fundiárias em Tucuruí (GETAT) desconheciam a existência da área indígena naquele local e, de acordo com eles, parte da área seria loteada (regularizando assim as posses que lá já se verificavam) e parte seria inundada com a formação do lago do Tucuruí. Afirmavam inclusive a existência de certidões negativas de presença indígena na área requisitada pelo GETAT junto à FUNAI (cf. Andrade, *op.cit.*: 2). Enquanto isso, os tratores revolviavam naquele local os cemitérios recentes dos Gavião (ali haviam sido enterradas pelo menos 18 pessoas do grupo, segundo **Paiaré**).

Apesar de alguma assistência conferida a **Paiaré** pela ELN - como fornecimento diário de água potável (uma vez que as obras da barragem impossibilitaram o consumo da água do rio), transporte (barco e veículo) quando necessário e atendimento médico no Hospital da Vila Permanente (a vila operária de Tucuruí) - cresciam as pressões das empresas construtoras (e empreiteiras) para que ele se retirasse definitivamente da área. Por muitas vezes, **Paiaré** foi impedido de circular livremente pela área, sob a alegação de motivos de segurança em relação às máquinas que ali operavam.

X No início de 1983, através de correspondência com os demais componentes do grupo da Montanha que se encontravam no Mãe Maria (principalmente **Krua**) e, como resultado de uma viagem que **Paiaré** fizera até lá, obteve o apoio decisivo de **Krohokrenhum** e de sua turma, no sentido de pressionar a ELN a retomar as negociações.

Finda a estação chuvosa (e a safra de castanha daquele ano), grupos de rapazes solteiros enviados por **Krohokrenhum** passaram a se revesar na área da Montanha, garantindo condições de segurança de vida a **Paiaré** e sua família, auxiliando-os nas atividades voltadas a subsistência.

- X Em junho de 1983, seguindo recomendação do advogado da Comissão Pró-Índio de São Paulo (a quem, desde 1980, Paiaré solicitara apoio através de correspondência), juntos os Gavião formularam um requerimento à ELN onde solicitavam indenização pela área utilizada com a construção da barragem (anexo 01). A demora em obter qualquer resposta, levou-os a decidir pelo embargo das obras na Montanha, como forma de pressão final para a negociação.
- X A imprensa noticiava as pressões sofridas pelos Gavião e o seu empenho em obter uma justa indenização.² A 7 de novembro de 1983, os Gavião subscreveram uma procuração para que os advogados postulassem em juízo a obtenção da indenização (anexo 02). No início de dezembro daquele ano, em reunião havida em Tucuruí entre representantes da ELN, da FUNAI (advogado, chefe de Ajudância de Marabá e chefe do Posto Mãe Maria) e da Comunidade Indígena **Parkatejê** foi formalizada a reivindicação de **permuta da área da Montanha por outras terras**. E foi indicada naquela ocasião a área contígua à Área Indígena Mãe Maria, situada no município de Marabá, que deveria ser adquirida ao Sr. João Anastácio de Queiroz Filho (primogênito de antigo chefe político local), conforme a ata daquela reunião (anexo 03).

Em dezembro de 1983, temendo serem mortos na área da Montanha, **Paiaré**, sua família e os componentes do grupo **Krohokrenhum** que lá se encontravam retiraram-se para o Mãe Maria. Na ocasião, declarou em cartório que só o fazia diante da ameaça a sua integridade física (anexo 04).

Em reunião havida em Belém no início de janeiro de 1984, onde Paiaré **não** estava presente, a indenização em espécie (ou seja, área por área) foi transformada em "expressão pecuniária de valor correspondente" (sic) pelos 3.600 hectares, tendo sido acordada a importância de 50 milhões de cruzeiros, paga à Comunidade Indígena **Parkatejê** (anexo 05)

(2) "Os Gaviões insistem na indenização", **O Estado de São Paulo**, 06/09/83;
 "Gaviões vão a Tucuruí por indenização", **O Fluminense**, 06/09/83;
 "Gaviões vão lutar contra Elettronorte pela indenização", **O Liberal** (Belém), 06/09/83.

A escritura pública de cessão de transferência de direitos entre a Comunidade e a ELN - acordo onde Paiarê estava ausente - foi lavrada a 6 de janeiro de 1984 (anexo 06). Os representantes locais da FUNAI que presenciaram aquelas negociações foram, posteriormente, sujeitos à sindicância administrativa interna à agência tutelar - ou seja, houve reconhecimento oficial de que aquelas negociações haviam sido **lesivas aos interesses dos Gavião**. Excluído das negociações finais, cujo teor foi modificado (a indenização seria em espécie), **Paiarê** sentiu-se de fato lesado e, insatisfeito com os procedimentos então adotados, veio requerer a revisão judicial daquele acordo, para fazer valer os direitos dos Gavião da Montanha.

● REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lúcia - 1983

Relatório de viagem à área da Montanha, Comissão Pró-Índio, SP, mimeo), 4 pp. com anexo (entrevista de **Paiaré**, jan. 1983).

ARNAUD, Expedito C. - 1964

1964 - "Notícia sobre os Índios Gaviões de Oeste, rio Tocantins, Parã", in Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 20, Antropologia, Belém.

1975 - **Os Índios Gaviões de Oeste - pacificação e integração**. Publicações Avulsas do MPEG, Belém, nº 28.

AZANHA, Gilberto - 1984

"A forma Timbira: estrutura e resistência", dissertação de mestrado, FFLCH-USP (mimeo).

CASTELNAU, Francis de

1844 - **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima et de Lima au Parã: Histoire du voyage**, Paris, vol. II (6 tomos).

COUDREAU, Henri

1898 - **Voyage a Itaboca et a l'Itacayuna**, A. Lahure Impr., Paris

EMMI, Marília F.

1988 - **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NAEA/UFPA, Belém.

LARAIA, Roque de B. e DA MATTA, Roberto A.

1967 - **Índios e castanheiros - a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**, São Paulo, DIFEL.

NIMUENDAJU, Curt

1946 - **The Eastern Timbira**, Univ. of California, Press, Berkeley and Los Angeles.